

A ATUALIDADE DAS MIGRAÇÕES PORTUGUESAS NO QUADRO EUROPEU: POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS

Maria Beatriz Rocha Trindade

Resumo: A constante modificação manifestada pela mobilidade verificada em Portugal resulta da diferente articulação de conjunturas políticas que conferem novas situações ao fenómeno migratório, considerado como uma das estruturas sociais do país. A posição geográfica, o desenvolvimento da ciência proporcionado pelo saber dos que nele se fixaram, nomeadamente judeus e árabes, permitiu o desenvolvimento de percursos inovadores que descobriram novos territórios e novas gentes. A forma como se desenvolveu a interação entre os de “dentro” e os de “fora” resulta das regras impostas pelo poder absoluto instalado ao longo de séculos - quer por via monárquica quer pelo Regime Republicano - apenas entrecortada por caminhos que apoiavam o constitucionalismo e as ideologias liberais. A Revolução de Abril (1974) introduz a democracia como grande inovação e a partir dela tanto a política interna como a política externa assumem novas orientações. Um percurso de 41 anos reflete todo o conjunto de alterações introduzidas na gestão da política migratória. A sua evolução dá conta das possibilidades oferecidas e das restrições impostas pela moldura institucional face à mobilidade verificada.

Palavras-chave: Portugal. Europa. Política migratória.

Abstract: The constant modifications manifested in Portugal concerning mobility, results from the different articulations of political conjunctures that confer new situations to the migratory phenomenon, regarded as one of the social structures of the country. The geographical position, the development of science provided by the knowledge of those who settled in it, including Jews and Arabs, has enabled the development of innovative pathways that discovered new territories and new people. The way the interaction between those on the “inside” and those on the “outside” was developed, due to the rules imposed by the absolutist power installed for centuries – via monarchy or republican regime – was only intersected by paths that supported constitutionalism and liberal ideologies. The April Revolution (1974) introduces democracy as a major innovation and from it both internal and external policies take on new guidelines. A 41-year course reflects the entire set of changes in the management of the migratory policy. Its evolution comprehends the possibilities and the restrictions imposed by the institutional frame regarding the verified mobility.

Keywords: Portugal, Europe, migratory policy.

No caso vertente, o tratamento das questões relacionadas com as migrações que tocam o fluxo português que se dirigiu e dirige para a Europa obriga, ainda que de maneira breve, a percorrer o itinerário histórico que precede esse encaminhamento e a considerar todo um conjunto de circunstâncias que lhe deram lugar para se atingir o conhecimento do que ocorre na atualidade.

Começando pelo conceito migrações é consensual que tal abranja tanto o ponto de vista do país de origem do migrante, numa situação conceptual de *emigração*, como o do país recetor, divergindo assim para uma perspetiva de *imigração*, como os dois lados, face e anverso, da mesma medalha. Nesse contexto urge considerar as situações de conjuntura complementar existentes entre dois países – o primeiro considerado emissor de gentes que o outro recebe, resultando para qualquer deles um benefício económico a título nacional e ao nível pessoal sendo visível, em regra, uma melhoria de vida.

Já no que respeita a questões relacionadas com as razões de partida que conduziram ao expatriamento, tem-se verificado um certo alargamento conceptual: há algumas décadas, a ideia de migração internacional estava sobretudo associada a motivações de cariz essencialmente económico-laboral; enquanto hoje se entende abranger, também, outros casos distintos desse. Tal sejam o do estabelecimento, num outro país, de uma atividade empresarial por sua conta e risco; o acompanhamento *in loco* do investimento de capitais próprios; a representação no estrangeiro de interesses nacionais ou multinacionais de carácter diplomático, industrial, de serviços, a procura de ambiente propício à aquisição de uma qualificação ou grau académico fora do Estado de origem; ou a de passar a residir além-fronteiras por parte de indivíduos inativos aposentados, em razão de um clima

mais ameno, melhor qualidade de vida, maior segurança e benefícios fiscais mais vantajosos. O clima de instabilidade criado por conflitos internos e internacionais, muito em particular a destruição e insegurança criadas pela guerra obrigam à procura de um outro local onde seja possível viver melhor.

Todas estas situações estão hoje trivialmente incluídas num conceito muito alargado designado como migração. A relativa proximidade que passou a existir entre as deslocações realizadas no âmbito do espaço europeu e a progressiva e diversificada facilidade de contacto que foi sendo obtida pelos atores migrantes possibilitou que se instalasse um movimento regular, de “ir” e “vir”, entre a origem e o destino. A semelhança de condições em que passou a realizar-se com as que caracterizam as deslocações no interior do país conduziu a que o conceito *migrações*, aplicado desta vez às migrações internacionais, substituísse as designações anteriores. A amplitude que encerra facilita referir por completo o fenómeno, permitindo no seu todo abrigar os movimentos que se processam (*ex* saída e *in* entrada).

Note-se, no entanto, que não existe coincidência entre este alargamento, que tange significados sociológicos e o contexto dos respetivos conteúdos legais ou regulamentares. De facto, existe sempre, naturalmente, um certo desfasamento temporal entre a evolução de um conceito, no plano estritamente científico, e a sua tradução em termos jurídicos, devido à significativa inércia dos aparelhos legislativos nacionais e, por maioria de razão, à articulação internacional.

Tome-se como exemplo trivial o caso do serviço diplomático, que é a todos os títulos apenas um caso especial de deslocação temporária; mas que enfrentaria certamente uma viva oposição por parte dos titulares, por razões de posição social, se fosse tentada a sua inclusão jurídica na qualidade de migrantes, ainda que temporários, por passarem a assumir alguma paridade com os perfis atribuídos a outras formas

de migração de conotação menos prestigiante sob o ponto de vista social, designadamente a de motivação laboral compulsiva.

As migrações são hoje um assunto privilegiado que não só integra agendas políticas nacionais e internacionais, como faz parte do conteúdo de *curricula* universitários, constitui tema de congressos, conferências, exposições de arte e de muitas outras iniciativas culturais de vária natureza.

As deslocações que sempre caracterizaram a vida humana intensificaram-se e ganharam uma nova visibilidade graças ao desenvolvimento e diversificação dos vários canais de informação que transmitem notícias para auditores situados em todos os pontos do globo.

Descrever individualmente um dado fluxo migratório, só por si, não permite alcançar a sua dimensão. Retroceder na história das populações que se deslocam e situá-las no contexto geopolítico em que se desenrola o seu viver aproxima quem procura conhecer as motivações que oportunamente se transformaram em imperativos de partida.

As políticas são desenhadas em função dos antecedentes que dão lugar às situações de vida consideradas, mas nenhuma decisão pode ser tomada, em plena responsabilidade, sem articular as determinações assumidas e torna-se obrigatório ter em conta o interesse dos países envolvidos pela deslocação dos migrantes. Para além disso, a nível internacional, os espaços políticos que se agregam para fortalecer a sua potencialidade económica e adquirir uma maior defesa em relação aos que se encontram fora deles, obrigam-se não só a prestar atenção às grandes linhas orientadoras vigentes para todo o conjunto como têm que atender às situações diferenciadas, próprias de cada uma das partes que os integram.

Portugal, um país caracterizado pela constância de uma mobilidade que desde sempre se mantém e que assume politicamente a sua diáspora, é aqui to-

mado como objeto de uma análise que perspetiva a presente situação que o fenómeno migratório reveste no quadro europeu. Pode dizer-se ser hoje a Europa, o grande cenário das migrações internacionais.

PORTUGAL

A mobilidade tem marcado todo o percurso histórico do país e as diversas configurações que assume em cada época – lugar e tempo – resultam de conjunturas sociais que necessário se torna conhecer, como se sabe, para que melhor sejam compreendidas as razões que lhe estão subjacentes.

O conhecimento de um país, cuja dimensão territorial e número de habitantes é reduzido, embora de estrutura média em termos europeus, tem que atender a um passado que lhe deu uma outra posição geopolítica ao nível mundial, em resposta a propósitos de governação diametralmente diferentes e cujo desenvolvimento económico sempre apresentou e apresenta dificuldades de natureza diversa.

De espaço europeu que primeiro estabeleceu e ainda mantém as suas fronteiras físicas (Tratado de Alcanizes, 1297), que desde aí ocupa uma faixa do extremo ocidental do continente onde se situa, a que soma dois arquipélagos atlânticos, foi alargando a sua dimensão territorial tendo chegado a constituir um grande império colonial, que integrava parcelas situadas em todos os outros: América do Sul, África e Oceânia.

A monarquia livre, só interrompida durante o curto período de 60 anos sujeito à governação dos três reis Filipe que acumularam dois títulos - o de Espanha e o de Portugal (1580-1640) passou depois disso, do exercício de poder absoluto que voltou a instalar-se em 1 de dezembro, ao exercício de poder liberal (assegurado pela Constituição de 1822), só vindo a terminar com a revolução republicana de 5 de outubro

Mapa 1 - Portugal



de 1910, que alterou por completo a forma de regime.

A monarquia livre, só interrompida durante o curto período de 60 anos sujeito à governação dos três reis Filipe que acumularam dois títulos - o de Espanha e o de Portugal (1580-1640) passou depois disso, do exercício de poder absoluto que voltou a instalar-se em 1 de dezembro, ao exercício de poder liberal (assegurado pela Constituição de 1822), só vindo a terminar com a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, que alterou por completo a forma de regime.

Com a introdução de grandes mudanças que procuraram materializar a ideologia que as sustentava, são tomadas medidas de execução prática que conduziram a uma grande instabilidade. As constantes alterações introduzidas por sucessivos governos e a variabilidade das orientações tomadas, levaram a severas interpretações por parte dos historiadores.

O que não há dúvida é que, embora controversas, foram tomadas decisões que visavam alcançar uma maior justiça social, tentando garantir melhores oportunidades e assegurar uma distribuição de bens mais equitativa. No entanto, a perturbação introduzi-

da e os períodos de terror que ainda hoje se lamentam obscurecem a objetividade das análises desta etapa republicana e, de certo modo, vêm facilitar o estabelecimento entre 1933 e 1974 da ditadura que se prolongou ao longo de toda a gestão do Estado Novo (Ferreira, 2015).

Só muito mais tarde, em 25 de Abril de 1974, com a rebelião militar conhecida como “Revolução dos Cravos”, se restabelece o sistema republicano e a democracia parlamentar. A democracia modifica toda a organização política e vida social portuguesa (Ademar, 2015). Estabeleceram-se então novas prioridades, o poder ficou repartido por ministérios diferentes e foi conseguida uma maior participação dos cidadãos a nível nacional e autárquico – a organização e o relacionamento social foram por completo alterados.

Consequentemente, a redução da área territorial sobre a qual a soberania se tinha mantido graças ao processo de descolonização e a significativa diminuição da potencialidade dos recursos económicos disponíveis até então existentes, obrigaram a reorientar o programa político.

Um novo tipo de aceitação e de relacionamento posicionaram de forma diferente o país no quadro internacional: a pertença ao continente europeu, que de facto passou a ser assumida, tanto por Portugal como pelos outros países que o integram, foi possibilitada pela assunção da instauração do novo regime democrático, embora se tivesse mantido um olhar através da janela atlântica, que abria perspectivas para a manutenção de laços advindos do precedente enleamento relacional. Procurava-se assim, de forma renovada, reatar as relações com o espaço territorial e marítimo que sempre tinha feito parte do próprio percurso histórico português.

A conceção da sua posição no xadrez mundial passou então a ser diferente. Uma e outra das situações consideradas conduziram ao posterior desenvolvimento do programa político que se seguiu.

Em 12 de junho de 1985 é assinado no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, o tratado de adesão, passando Portugal a integrar a Comunidade Económica Europeia. Estabelecida em simultâneo com a vizinha Espanha, tal articulação conferia a integração de toda a Península Ibérica nessa associação política.

A partir dos seis Estados-membros fundadores, que primeiro se associaram para estabelecer a Comunidade Económica Europeia, surgiram sucessivos alargamentos por adesão de outros países. No início (1957), constituído essencialmente por um conjunto situado no Centro Europeu – Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda – esta união económica e política pretendia estabelecer um mercado comum europeu.

O Tratado de Roma (25 de março de 1957) viria a estabelecer uma área negocial própria, tendo ficado previsto que a criação de impostos alfandegários externos comuns pudesse conduzir à implementação de políticas conjuntas para a agricultura, para o movimento de mão-de-obra e para os transportes, através de instituições destinadas a proporcionar o desenvol-

vimento económico.

Em data posterior (01/01/1973) o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca juntavam-se ao grupo inicial. A Grécia (01/01/1981) foi o primeiro país do Sul do continente que aderiu à Comunidade. Ao mesmo tempo, em 01/01/1986, Espanha e Portugal; em 01/01/1995, Áustria, Finlândia e Suécia; em 01/05/2004, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa; em 01/01/2007, Bulgária, Roménia; e, finalmente, Croácia em 01/07/2013.

Ao aderir à União Europeia, cada país seria obrigado a cumprir os critérios de Copenhaga (Conselho Europeu de Copenhaga, 1993) que requeriam uma democracia estável, respeitadora dos direitos humanos e do Estado de Direito.

Uma das grandes medidas inovadoras respeitante à livre circulação que, embora assim sendo designada impunha condições próprias de deslocação e de permanência, introduz uma nova conceção de espaço alargado e muito diversificado que não se opõe à livre entrada dos cidadãos dos seus países.

Para estadias com uma duração superior a três meses: o direito de residência está sujeito a condições predeterminadas. Os cidadãos da UE e os membros da respetiva família — caso não exerçam uma atividade profissional — têm de possuir recursos suficientes e seguro de saúde, de forma a evitar que se tornem um peso para os serviços sociais do Estado-Membro de acolhimento durante o tempo em que nele estiverem.

A possibilidade de residir em permanência num outro Estado, só será concedida depois de um período de cinco anos consecutivos com o estatuto de residente legal.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, com sede em Lisboa (Palácio do Conde de Penafiel),

foi criada por 7 países em 17 de julho de 1996: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após ter adquirido a independência, Timor-Leste passou a integrá-la. Recentemente, com a entrada da Guiné Equatorial (X Cimeira da CPLP realizada em Díli, Timor-Leste, em 2014), acontecimento que ainda hoje continua no nosso país a ser objeto de sérias críticas, passa a incluir nove elementos.

O lugar de Secretário Executivo, em regra uma personalidade de grande relevo, originária de um dos Estados membros da CPLP, é eleito para um mandato de dois anos, através de um processo de candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros, escolhidos por ordem alfabética crescente.

A CPLP é uma organização recente que, apesar de dispor de capacidade para responder a promissoras objetivos de desenvolvimento numa área muito alargada de territórios lusófonos, só de forma incompleta tem por ora conseguido fazê-lo, não tendo por isso correspondido ainda à totalidade dos propósitos inicialmente gizados.

O seu alcance e possibilidades devem-se à época em que foi criada e em que opera – a comunicação digital permite a permanente interação entre os países que a constituem. Refletir sobre a CPLP obriga a encará-la como uma rede que faz ultrapassar a sua descontinuidade geográfica. Os vários polos que dela fazem parte (nove países membros e seis observadores) podem concertadamente agir em benefício dos restantes. Acresce que a sua ação se multiplica, se se atender à extensão da dimensão internacional e pluricontinental existente, proporcionada por intermédio dos *fora* a que cada um deles se encontra ligado.

Presentemente, através de uma relação complementar estabelecida em várias áreas de atividade social e cultural – economia, justiça, ensino, saúde, desporto, entre outras – têm sido criadas várias associações transnacionais que realizam encontros e ne-

gociações, abrangendo projetos passíveis de aplicação prática imediata.

Existe uma expectativa fundada de que, pelo menos a médio prazo, as condições existentes, muito em especial as que se apoiam em valores comuns e evocam factos históricos partilhados, possam ultrapassar uma certa inatividade que infelizmente se tem vindo a verificar.

O número de países que hoje fazem parte da Comunidade e os candidatos que ainda aguardam o reconhecimento da vontade expressa para serem admitidos a essa mesma posição, fazem crer que a concretização dos planos anteriormente traçados quando da fundação, continuam a poder vir a ser efetivados com benefício para todos os que se encontram envolvidos.

O volume e a variedade dos países candidatos a membros e a membros associados atestam os atrativos que encerra esta Comunidade.

Citar os seus nomes confere visibilidade à sua dimensão e às áreas geográficas onde se inserem. Já admitidos na qualidade de observadores associados: o Senegal (Cimeira de Lisboa, 25 de julho de 2008); a República da Ilha Maurícia (VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau em julho de 2006); a Geórgia, a República da Namíbia, a República da Turquia e o Japão (X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, 23 de julho de 2014, Díli).

A recém criada Plataforma Internacional da Sociedade Civil da Diáspora Lusófona/PISCDIL, que reúne pela primeira vez em congresso na Academia de Ciências de Lisboa (20 e 21 de novembro de 2015), abordou temáticas comuns às Comunidades/Estados da CPLP: constituição, governança e diáspora. Como particularidade integra não só os 9 Estados acima referidos como acrescenta a Galiza, Goa/Damão/Diu e Macau (<http://piscdil.esy.es/>).

Para além das duas referências políticas aci-

ma apontadas, uma outra realidade social de muito peso, também promissora, advém da existência de um muito significativo número de portugueses residentes no estrangeiro. A sua significativa presença social e cultural fora das fronteiras físicas do país poderia passar a assegurar uma extensão demográfica de relevo. A dimensão que assim passaria a adquirir se aos que se encontram fora, fossem associados os que nele residem, levaria a uma nova idealização da gestão que cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pode dizer-se que o interesse que então lhes foi prestado define a sua importância e reconhece todo o seu potencial. O que é explícito no conteúdo das várias medidas governamentais que passaram a contemplá-los (Rocha-Trindade, 1999).

A diversidade dos países onde progressivamente se foram fixando e onde muitos deles se mantiveram, constitui uma realidade demográfica poderosa e muito alargada, que passou de imediato a merecer a atenção dos governantes. A partir daí, claramente assumida, a situação existente passa a ser designada como diáspora – diáspora portuguesa – um instrumento de atuação de grande alcance.

Parece ser oportuna uma reflexão de natureza teórica sobre o seu conteúdo, o que possibilita refletir sobre o potencial que detém e a aplicabilidade ao caso português.

A utilização política da “diáspora”, feita extensivamente por muitos países, aproveita a potencialidade de muitas das facetas que a integram. Ao número e dispersão que assume a significativa presença histórica de um dado povo fixado fora das fronteiras do seu próprio país de origem durante um longo tempo, junta-se a intenção agregadora que essa lembrança produz. A evocação de um legado histórico partilhado que articula valores idênticos e as mesmas práticas de vivência fortificam os laços emocionais que se pretende fazer permanecer.

É, no entanto, prudente considerar que a palavra «diáspora» tem um certo *charme* de novidade

eufónica que a torna uma alternativa interessante ao termo “migração”; razão pela qual se tem assistido recentemente a uma proliferação de ocasiões em que é invocada, mesmo que a despropósito.

Nessa linha de rumo, poderá acontecer que, num futuro desejavelmente não muito próximo, o entendimento generalizado da noção de diáspora se venha a afastar do significado rigoroso que agora detém, aproximando-o do conceito de migração em geral. Esperemos bem que não.

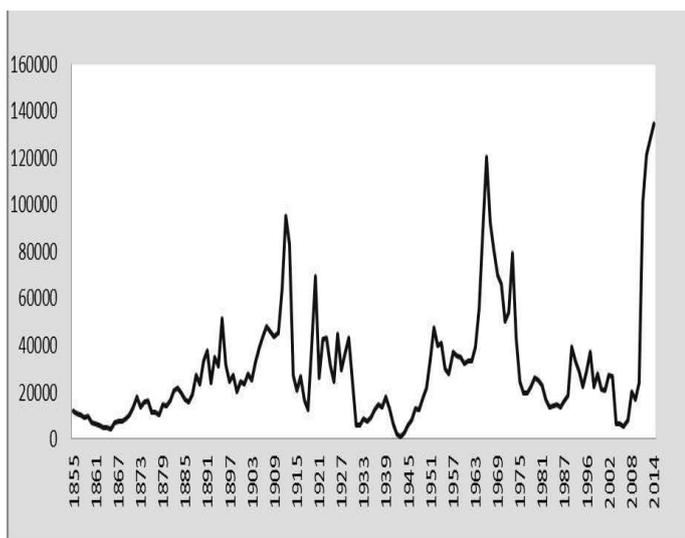
A MOBILIDADE EM PORTUGAL

As etapas temporais que se foram seguindo num percurso nunca interrompido podem definir-se pelas marcas comuns que se agregam como características próprias de cada uma delas; procurar individualizá-las pela afinidade que revelam facilita compreender as motivações de partida, os destinos priorizados e a forma como foram percorridos os itinerários para os atingir.

Numa perspetiva alargada poder-se-ia apresentar três fases – clássica, moderna e contemporânea – correspondendo, a primeira aos três últimos quartéis do século XIX e primeira metade do século XX, em que se destacam os percursos transoceânicos com propósitos de fixação mais alongada; a segunda, identificada com o terceiro quartel do século XX, tornando já visível a configuração que adquire a migração intraeuropeia e a dramática travessia dos Pirenéus; e a terceira, tendo tido início na segunda metade dos anos 70 do passado século XX, após a Revolução de Abril de 1974, em que passou a ser utilizado o conceito “migração” para definir tanto os movimentos de saída como os de regresso, traduzindo a intensificação e diversidade das formas de mobilidade que hoje se verificam (Rocha-Trindade, 1999).

Às fases acima descritas correspondem três ciclos: o transoceânico, com um pendor atlântico; o intraeuropeu, caracterizado pelas deslocções no interior da Europa e o que, graças à facilidade de deslocção que se foi instalando atinge múltiplos e diversificados destinos.

Gráfico 1 - Emigração Portuguesa 1855-2014



Torna-se oportuno referir que dois países de destino se distinguem neste âmbito: Brasil e França. No início da década de 60 do passado século, mais precisamente em 1963, o número dos portugueses que em maioria se dirigiam para o primeiro passam a mostrar uma clara preferência pelo segundo – mudança de opção que é muito acentuada em 1966.

Quadro 1 - Principais Destinos da Emigração Portuguesa - Brasil e França

Ano	Brasil	França	Total
1962	13.555	8.245	33.539
1963	11.281	15.223	39.519
1966	2.607	73.419	120.239

As diferentes fontes que têm vindo a fornecer informação ao Estado português sobre os seus nacionais e os diversos critérios tomados por cada um dos países recetores não permitem avaliar de forma corre-

ta e uniforme o volume de portugueses residentes no estrangeiro.

A clandestinidade, o desfasamento existente entre a chegada ao estrangeiro e o correspondente registo oficial, a variabilidade do tratamento de dados, de que é exemplo expressivo o facto de englobar ou não as gerações descendentes dentro de uma mesma nacionalidade, de entre muitas outras situações que poderiam ser encaradas, revelam-se como sérios obstáculos ao correto conhecimento do que realmente se passa. A utilização de dados nacionais serve frequentemente, por empolamento ou retração, intenções de natureza política que muitas vezes só mais tarde vêm a ser esclarecidos e, por arrastamento, compreendidos.¹

Mais uma vez será de lembrar a falibilidade das estatísticas no que respeita ao fenómeno migratório e pode ser asseverado com segurança que os números traduzem valores de orientação mais do que verdadeiras certezas.

Tem sido sempre difícil avaliar de forma exata os portugueses que se encontram a residir no estrangeiro. Se bem que até muito recentemente tivesse sido sempre afirmado pelas autoridades políticas que seriam cerca de 5 milhões² (o que incluiria a conside-

¹ Muitas situações poderiam, como exemplo, ser apontadas a este propósito. Lembre-se, que o estado de guerra (guerra colonial) em que o país viveu em data recente levou a que o governo português, que até à sua deflagração não encorajara a deslocção dos continentais que pretendiam fixar-se nas colónias africanas, passasse a fazê-lo. Era conhecido o intento de aumentar, contrariamente à verdade, o volume dos que aí residiam e, por isso, assumiria que a sua presença afirmada como sendo numerosa justificava a defesa de territórios, em que o país viveu em data recente consideradas parte integrante do país.

Um outro refere a África do Sul que em situação política de *apartheid*, levava que o discurso informativo do governo aumentasse o número de residentes brancos no país, relativizando assim a diferença existente entre a população negra e a população branca, o que justificaria na sua ótica, a manutenção do governo de então.

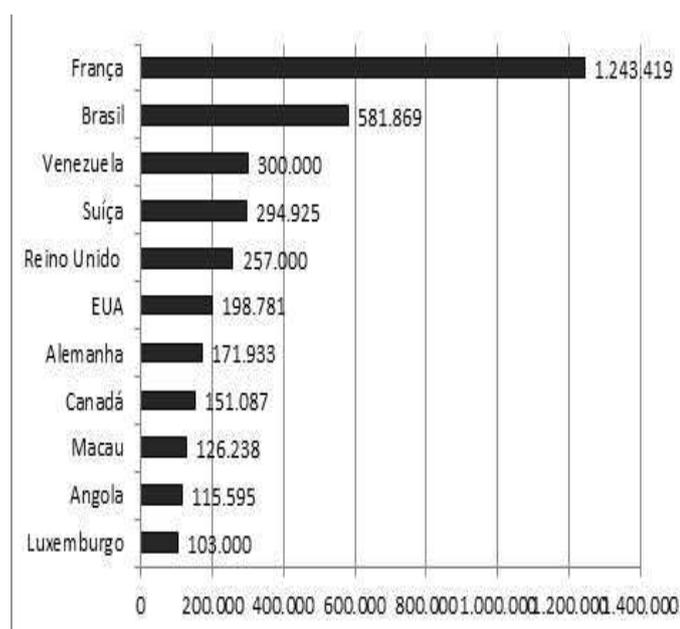
² Num texto escrito recentemente pelo então Secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, para prefaciar o livro “Envelhecer no Estrangeiro – Retalhos de Vida” (2015) organizado por Luísa Desmet, lê-se: “Para além dos dez milhões de portugueses residentes em território nacional, existem outros cinco milhões

ração dos descendentes) – número equivalente a cerca de metade dos que residem no país. O Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas informava, em outubro de 2015, tratar-se de 2 milhões e 300 mil.

Estes últimos dados alteram por completo o que tem vindo a ser repetidamente dito nos últimos anos, tanto por políticos como por investigadores e transmitido pelos próprios media.

O quadro abaixo permite conhecer, por ordem decrescente, os principais países em que os portugueses se encontram.

Gráfico 2 - Portugueses espalhados pelo mundo



Fonte: Observatório da Emigração. Registos Consulares (2013)

O que não há dúvida é que a variabilidade dos destinos procurados se mantém e a Grã-Bretanha, quase ignorada anteriormente, passa a ser o principal país procurado. A ela segue-se a Suíça, sempre destino atrativo para os emigrantes temporários portugueses, condição que se foi progressivamente transformando em permanente. Espanha que tanta procura recentemente revelou, perde-a com a crise que se ins-

espalhados um pouco por todo o mundo (...)"

CADERNOS CERU V. 26, n. 2, dez. 2015

tala, nomeadamente na área da construção civil.³

TENDÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES NO PASSADO RECENTE

A mobilidade que sempre é alterada pelo contexto político em que se insere assume uma nova configuração a partir de datas bem precisas: instalação da democracia (25 de abril de 1974), assunção da descolonização, aquela em que Portugal passa a fazer parte da União Europeia (12 de junho de 1985) e a em que é cofundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/ CPLP (17 de julho de 1996).

Os dados disponíveis a partir dos anos 80 mostram o crescendo da imigração que atinge em 2001 um inusitado volume. De país tradicionalmente considerado como origem de uma continuada corrente emigratória passa a ser erradamente considerado e quase exclusivamente como “país de imigração”. Na realidade, as saídas de portugueses nunca deixaram de se fazer como hoje é reconhecido e as entradas de gentes de outros lugares que sempre nele foram ocorrendo de modo mais ou menos visível⁴, aparecem de forma recortada com a vinda em massa dos residentes nas ex-colónias. Portugueses por nacionalidade, os “retornados”, designação incorreta que assume significado pejorativo face às condições advindas da con-

³ A entrada dos portugueses em Espanha cresceu de forma inesperada entre 2000 e 2007 e passou a diminuir a partir da crise financeira. Apesar do decréscimo verificado nos últimos anos, as entradas mantêm-se e este país continua a ser o quarto destino mais procurado. Tendo sido a construção civil um dos setores mais afetados pela crise, natural se torna o decréscimo de entradas, uma vez ser esse o que mais mão-de-obra absorvia.

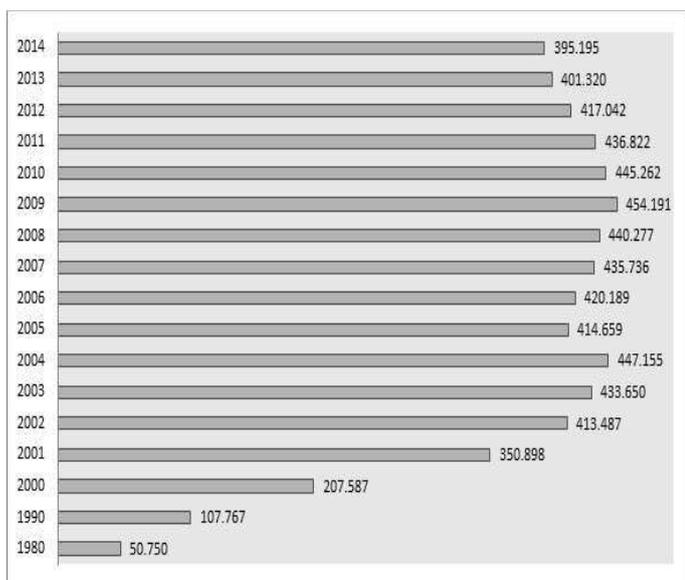
⁴ Embora, por norma, os escravos não sejam integrados na categoria “migrantes”, o que não há dúvida é que a sua presença impôs à sociedade onde viveram o confronto com novas gentes que introduziam diferentes hábitos. De natureza completamente diferente, a presença de ingleses na região do Douro; a de galegos – mão-de-obra necessária ao país; a de refugiados da Segunda Guerra Mundial. De muitos outros estrangeiros que individualmente ou em grupo podem ser mencionados destacam-se os chineses, que constituem um exemplo visível, que muitos ainda recordam.

juntura política que dividia parte da população que os recebia, foram pouco a pouco sendo inseridos e encontra-se por completo ultrapassada a situação dramática então vivida.

Subsequentemente, o desenvolvimento que se foi instalando, passou a atrair populações que aqui procuravam encontrar segurança e trabalho (Rocha-Trindade, 2015).

O Gráfico que se segue, por rápida leitura, permite avaliar o desenvolvimento cronológico e as alterações sofridas pelo fenómeno nos últimos três decénios e, mais detalhadamente as do último (2000 a 2014).

Gráfico 3 - Imigrantes Residentes em Portugal, 1980-2014



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Pode dizer-se que a imigração desse período nunca atingiu, em termos relativos, uma grande dimensão; merece reparo o valor total máximo registado em 2009 (454.191 imigrantes), que não chega a atingir o número correspondente à entrada de portugueses chegados subitamente ao território continental após a Revolução de Abril, cuja estimativa se aproxima de um milhão (Silva, et alii, 1984).

Porque a deslocação não tinha sido anterior-

mente considerada como migração “internacional” mas sim “interna”, só a partir daí passaria a sê-lo. Tornase, por isso, curioso fazer o seu registo, lembrando que a maior “entrada” designada tecnicamente como imigração, com o sentido de deslocação, foi a de portugueses que teve lugar em ocasião relevante para a vida nacional (Rocha-Trindade, 2015).

Os que foram chegando a Portugal e conseguiram obter posteriormente legalização deixaram de consegui-la, em períodos de tempo para tal determinados, uma vez que atualmente constitui condição necessária para a obter uma estadia que, embora na sua génese ilegal, tenha tido a duração de três anos de permanência acompanhada de descontos regulares para a Segurança Social.

Este sistema de prestações contraria a mobilização de muitos candidatos que, embora residindo fora do país, aqui ocorreram pontualmente, para poder regularizar a respetiva situação.

Conhecida a situação que abarca os anos que se seguiram à Revolução não será feita de novo a repetição do que tem vindo a ser publicado por serem por demais conhecidos os dados inseridos nas obras que foram dadas à luz. É, no entanto, tomada a precaução de lembrar alguns trabalhos que durante esse mesmo período sobre eles se debruçam.⁵

De forma muito abreviada, as tendências das

⁵ O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento/IED, numa época em que a investigação sobre o fenómeno migratório (em regra realizada a título individual ou resultante de trabalho de pequenos grupos) se encontrava ainda em estado incipiente, merece ser mencionado. As obras de Manuela Silva, Guy Clause, Custódio Conim, Manuel Pisco, Rogério Roque Amaro, entre outros, só posteriormente viriam a ser consagradas no quadro universitário português. Posteriormente, a Universidade Aberta (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, 1989), o Instituto Superior de Economia e Gestão/ISEG, da Universidade de Lisboa (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações/ SOCIUS, 1991) e o Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa/ ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa (Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica/DINAMIA, 1989), vieram a instituir-se como grupos de pesquisa especializada sobre essa matéria, sendo reconhecidos a título nacional pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT.

migrações internacionais, bem como as políticas governamentais que lhes respeitam, desde o início dos anos 80 do século anterior até à viragem para o presente século, podem resumir-se da forma seguinte:

- No que respeita ao espaço recetor da União Europeia, foi reconhecida a necessidade de uma entrada sistémica de imigrantes (isto é, significativa em volume anual e de duração prolongada no tempo) não só como forma de colmatar as carências de mão-de-obra nos países desta região, como ainda como meio de combater o envelhecimento das respetivas populações, resultante do aumento da esperança de vida e da diminuição da natalidade;
- Pela mesma razão passou a ser facilitado o reagrupamento familiar das famílias de origem estrangeira.⁶ Segundo a mesma linha, foi reconhecida a necessidade de aumentar a duração da estadia e probabilidade de fixação das populações de origem estrangeira nos países recetores, de modo a incentivar o efeito de rejuvenescimento demográfico e de renovação de gerações;
- Dando continuidade ao propósito anterior, passaram a ser adotadas políticas sociais visando a plena integração dos imigrantes nas sociedades recetoras, alargando a eles todos os benefícios da cidadania e desenvolvendo em simultâneo políticas de sensibilização intercultural destinadas a facilitar aqueles processos de integração;
- Sendo a “legalidade” a maior preocupação, a ela se encontram sujeitas todas as condições prescritas e, por isso, todas as políticas têm sido acompanhadas de medidas destinadas a combater qualquer forma de imigração ilegal, o que nem sempre

⁶ Sintomas preocupantes desta instabilidade têm ocorrido em toda a Europa. Recuando no tempo lembre-se, por exemplo, que já nos finais de janeiro de 2009, no Reino Unido, se verificaram greves e manifestações públicas de protesto perante o anúncio de recrutamento de trabalhadores estrangeiros (designadamente italianos e portugueses) para o lançamento de uma nova unidade industrial petroquímica. O pretexto das manifestações tem sempre sido a “ameaça” constituída pelos trabalhadores estrangeiros a recrutar, perante os desempregados locais. Têm-se seguido outras sublevações.

tem tido sucesso.

Os quantitativos anuais de imigração nos países da União apresentaram uma tendência de crescimento, devido em parte às políticas governamentais acima referidas e, por outro lado, à eficácia das redes transnacionais de raiz familiar, de conterrâneos, comerciais e até mafiosas, que se estabelecem para facilitar a mobilidade humana internacional.

Pode dizer-se que a Europa, que sempre foi um continente de chegadas e de partidas, é hoje o palco central dos grandes movimentos migratórios.

TENDÊNCIAS ATUAIS

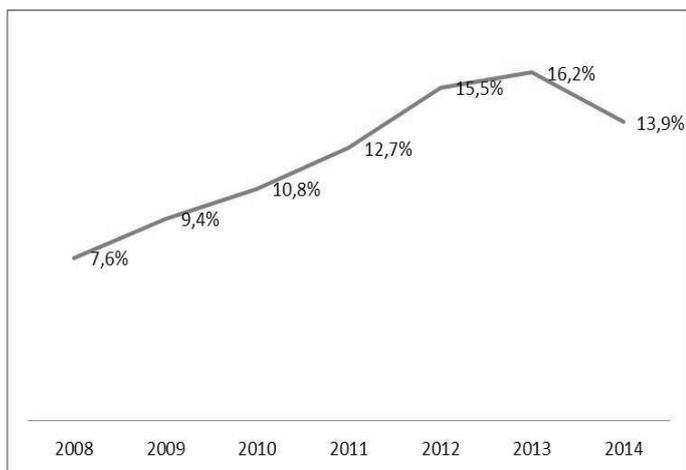
Em síntese, convém recordar que já no século XXI será tomado o fim do seu primeiro decénio como referência temporal (ano de 2008) que consagra a crise financeira em todo o espaço mundial, crise traduzida pela falência das empresas de créditos imobiliários, a bancarrota de organizações financeiras dedicadas a práticas especulativas, eventualmente de tendência criminosa, seguida por uma crise económica decorrente das desvalorizações bolsistas, da falência de empresas industriais e de serviços e do aumento explosivo dos despedimentos e da consequente taxa de desemprego.

Esta crise ainda não manifestou tendências para verdadeiramente vir a ser ultrapassada, por contenção ou visível redução, a despeito das intervenções muito firmes e de montantes financeiros muito consideráveis por parte dos governos dos países desenvolvidos.

A generalidade dos analistas considera que é imprudente fazer previsões seguras (otimistas ou pessimistas) sobre a conjuntura financeira, económica e social, para que possam ser avaliadas com inteira credibilidade possíveis tendências de evolução.

No entanto, a simples constatação do volume gigantesco dos despedimentos em massa que ocorreram em todo o mundo, o que tem acontecido em Portugal devido à insolvência ou à falta de perspectivas de evolução favorável de empresas dos mais variados carizes, faz prever que uma contração da oferta de emprego se mantenha, pelo menos, nos anos mais próximos.⁷

Gráfico 4: Taxa de desemprego em Portugal



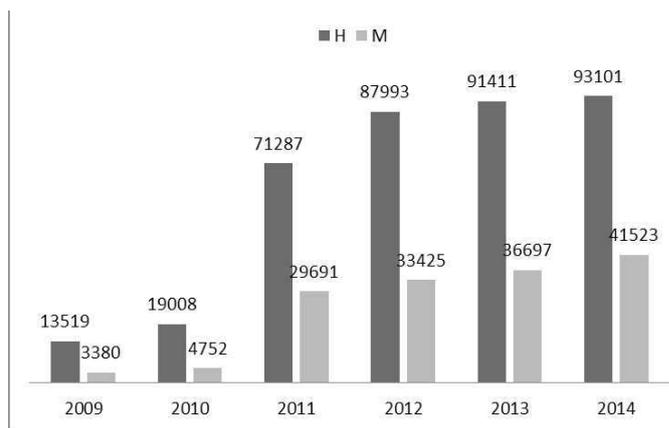
Fonte: PORDATA, última atualização: 2015-07-22

Trata-se, por conseguinte, de um ambiente socioeconómico essencialmente desfavorável à entrada de novos fluxos de imigração em Portugal, que não só se encontram em situação estacionária como têm mesmo vindo a diminuir. A estimativa provisória do Instituto Nacional de Estatística avalia em 12,4% a percentagem de desempregados (novembro de 2015).

E desta situação recrudescem as migrações que de novo fazem sair de Portugal volumosos fluxos em direção ao estrangeiro.

⁷ No presente a tomada de posse do novo governo socialista (eleições de 4 de outubro de 2015) depois da constituição de uma união de esquerda, que de forma inesperada e inovadora associa três partidos políticos (Socialista, Comunista e Bloco de Esquerda) cria grandes expectativas.

Gráfico 5: Número de Emigrantes (2009-2014)

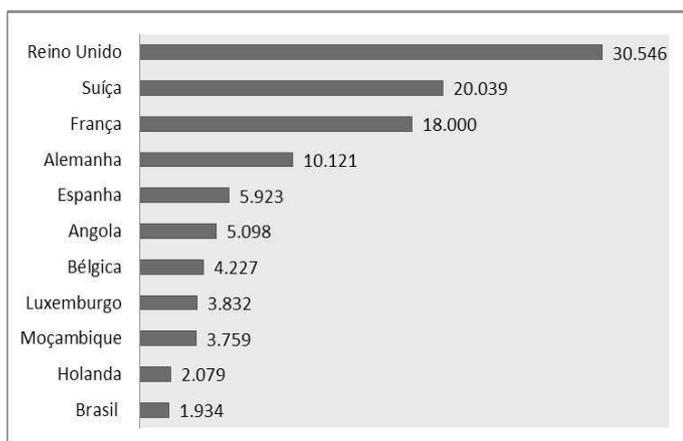


Fontes: INE, SEF, 2015

Entre 2010 e 2013 o número dos que saíram do país cresceu cerca de cinquenta por cento. Portugal é atualmente o país da União Europeia que mais emigrantes tem em relação à população residente. Em 2014 estabilizou à volta das 110 mil pessoas por ano, embora as avaliações relativas às saídas oscilassem entre esse valor e os 130 mil.

O Observatório da Emigração, que parece ser a instituição mais fidedigna neste campo, alerta para a necessidade de se recuar até aos primeiros anos da década de 70 do século passado, mais precisamente até 1973, para poder encontrar valores desta ordem de grandeza. O quadro abaixo indica a título individual os principais destinos e a correspondente dimensão da corrente portuguesa que a eles se dirige.

Gráfico 6: Principais Destinos da Emigração Portuguesa, 2014



Fonte: Observatório da Emigração, Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, MNE.

A composição interna dos fluxos atuais é, no entanto, muito diferente da que teve lugar nas décadas de 60 e de 70, dadas as características dos elementos que as compõem. O conjunto significativo de analfabetos que à data existia (respetivamente 33% e 25,7%) e que por isso os conduziu, muitas vezes, à opção da via clandestina quase desaparece⁸; por outro lado, um importante número de qualificados, muitos deles com frequência do ensino superior, tomam a opção de escolher o estrangeiro para conseguir emprego e exercer funções profissionais em melhores condições.

Rui Machado Gomes, reúne informação sobre o percurso de um dos “fenómenos mais controversos da sociedade portuguesa contemporânea: a chamada fuga de cérebros”, através da publicação de uma série de entrevistas compiladas e comentadas num só volume, que retratam a emigração portuguesa qualificada (2015). As conclusões deste estudo, que se insere no projeto Bradramo – Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe (Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa) resultam do trabalho conjunto das Universidades de

Coimbra, do Porto e de Lisboa.

A emigração qualificada portuguesa é hoje maioritariamente feminina, situada no grupo etário que se estende dos 30 aos 40 anos e representa uma perda para Portugal na ordem dos 7 mil milhões de euros, de acordo com dados recolhidos a partir de elementos de uma amostra integrada por 1.011 respondentes com habilitação literária mínima correspondente à licenciatura. Os resultados deram conta que 54,2% são mulheres, 60% estão na faixa dos 30 aos 39 anos e 58,5% são pessoas solteiras, sendo que, em termos de habilitações académicas há 22% com o grau de doutor, 43% com o grau de mestrado e 35% com a licenciatura e pós-graduação, como habilitação universitária.

“A área das ciências, matemática e informática, com 35%, é a mais representada entre a emigração portuguesa qualificada, tendo 80% dos inquiridos saído de Portugal no deflagrar da crise, contra apenas 15% que deixaram o país antes de 2007”.

De acordo com Rui Brites, um outro investigador ligado ao mesmo projeto, os emigrantes portugueses qualificados escolhem atualmente o Reino Unido como destino principal, seguindo-se a Alemanha, a França e a Bélgica, constituindo a realização profissional a sua principal motivação para sair do país, não deixando as razões económicas de ser consideradas nessa opção.

Por isso, interessa considerar o rendimento mensal auferido: enquanto no país de origem a maior parte dos inquiridos recebia até 1.000 euros no estrangeiro a maioria recebe entre 1.000 a 3.000. É importante referir que cerca de 7% a 8% dos inquiridos auferem um salário superior a 6.000.

Cerca de dois terços, planeia permanecer no país onde se encontra atualmente ou mudar para um outro também situado na Europa e só coloca a hipótese de regressar a Portugal por razões ligadas à prossecução da carreira e realização profissional, salários

⁸ Os Censos de 2011 indicam como sendo 5,2% a atual taxa de analfabetismo.

mais elevados ou pela ocorrência de uma mudança no contexto familiar (nascimento de filhos ou doença de um parente próximo).

O mesmo investigador assinalou ainda que “o grau de satisfação com a vida e a felicidade, numa escala de 0 a 10, atinge valores superiores a 8 entre os emigrantes qualificados portugueses o que, na Europa, apenas costuma surgir nos países escandinavos, já que a média em Portugal ronda os 6,4 a 6,6”. Acrescenta que “os nossos emigrantes são, inclusivamente, mais felizes do que a média dos cidadãos europeus, o que penso dever-se ao facto de estas pessoas sentirem que tiveram a coragem de tomar a vida nas mãos. Ou seja, foram à procura, não ficaram a carpir mágoas aqui sentadas e isso torna-as felizes e satisfeitas”, conclui.

Por seu lado, Luísa Cerdeira, coordenadora da equipa da Universidade de Lisboa (também ligada ao mesmo projeto) concentrou-se igualmente na perda que representa para Portugal a “fuga de cérebros”, designação que passou a ser adotada. Para tal, considerou os cerca de dois terços dos inquiridos que pensam permanecer a médio ou longo prazo fora do país e tendo utilizado dados de 2010 (OCDE) sobre os custos relativos à formação de homens e de mulheres portuguesas até à conclusão de um grau de ensino superior (investimento público e gastos familiares). Segundo a OCDE, esses custos são da ordem dos 80.000 dólares por pessoa o que, aplicado ao universo da emigração qualificada portuguesa - 145.000 emigrantes com formação superior segundo os Censos 2011 – corresponde a 11,5 mil milhões de dólares, ou seja, 10,64 mil milhões de euros ao câmbio atual.

Um outro trabalho sobre este tipo de emigração, circunscrito ao destino francês, intitula-se “Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França” e o seu autor, João Teixeira Lopes, professor da Faculdade de Letras (Universidade do Porto) através de uma amostra de conveniência,

como ele próprio refere na introdução⁹, dá resposta a múltiplas perguntas que se colocam sobre esta nova realidade.

Trata-se de uma investigação de natureza exploratória, que merece no futuro vir a ser aprofundada, sem deixar de responder a aspetos relacionados com a permanência e a mudança da emigração portuguesa, às motivações que precederam as saídas, aos números e à composição dos fluxos de uma nova geração de emigrantes perspetivam-na de uma forma alargada.

As conclusões sugerem a tomada de caminhos políticos inovadores e são apontadas propostas, que o autor apresenta superiormente a quem o desafiou para realizar o estudo sobre os fenómenos migratórios na atualidade portuguesa – a Direção Geral das Comunidades Portuguesas e dos Assuntos Consulares (Ministério dos Negócios Estrangeiros/ MNE).

Assinale-se que grupos profissionais muito bem preparados fazem parte da nova corrente migratória. De entre eles encontra-se uma classe profissional que merece especial atenção – a dos enfermeiros.¹⁰ Entre 2005 e 2015 (setembro), 13.752 licenciados solicitaram à sua Ordem o certificado de equivalência, de forma a poderem exercer no estrangeiro a respetiva profissão. Sem que isso se pudesse ter concretizado para todos eles, a Ordem dos Enfermeiros informa que cerca de 12.500 terão certamente emigrado desde

⁹ A informação foi obtida através de uma amostra intencional que incluiu 113 inquiridos e 14 entrevistados por intermédio da Casa de Portugal em Paris, das Alliances Françaises e das redes sociais Facebook e LinkedIn.

¹⁰ O volume e a importância dos elementos que constituem este grupo profissional residente no Reino Unido, levou-os a criar (maio de 2014) uma Associação de Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro. Designada como Diáspora dos Enfermeiros, não só para apoiar compatriotas exercendo a mesma profissão, mas também para ajudar os emigrantes da mesma nacionalidade no acesso ao sistema de saúde britânico. Pode dizer-se que esta organização é uma evolução do portal com o mesmo nome (www.diasporadosenfermeiros.com). Criado há cerca de quatro anos para facilitar a vida de jovens que pretendiam emigrar para encontrar emprego na sua área profissional, agrega informações sobre todo o processo de emigração para países como Inglaterra, Austrália, Angola e Brasil, tendo como objetivo tentar evitar abusos que ocorrem no processo de recrutamento.

2009.

Cláudia Pereira, investigadora do CIES-IUL, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, é autora do livro “Vidas Partidas – Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro” (2015), onde são apresentados os resultados de um projeto de pesquisa destinado a conhecer uma época histórica para a enfermagem portuguesa. Os profissionais desta área estão a ser contactados e contratados muito antes de terminar a respetiva licenciatura, partindo para o estrangeiro quase todos os que a completam, dada a melhoria de condições oferecidas face às que existem no país.

REFUGIADOS – FORMA PREOCUPANTE DE MOBILIDADE

Toda a problemática que toca os refugiados, situação de mobilidade muito particular, não é nova. A configuração que agora assume é específica e muito preocupante para a Europa, pelo que merece a atenção que lhe vem sendo prestada. Atualmente, tendo em conta a crise que o continente atravessa e todas as condições dramáticas existentes, faz com que a conjuntura tenha que ser encarada frontalmente, de forma imediata, o que não está a acontecer relativamente à atribuição das legalizações necessárias e posterior encaminhamento, da problemática que lhe está associada.

A Europa é obrigada a prestar-lhe uma atenção especial face ao que ocorre, não podendo ser ignoradas as políticas que se encontram em negociação ao nível coletivo pela União e embora tenham que ser tomados em mão tanto os encargos económicos que necessariamente encerram como os propósitos humanitários que deveriam acelerá-las, a orientação política que se impõe não pode fugir às responsabilidades que decorrem de uma situação tão grave.

A evolução da deslocação global provocada por guerras, conflitos e perseguições, tendo atingido um recorde em 2014, continua a aumentar.

Dos cerca de 60 milhões de refugiados no mundo agora contabilizados, milhares escolheram o Mediterrâneo para tentar chegar ao velho continente que se projeta como imagem promissora de salvação física e aquisição de melhor vida. A Frontex (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia) registou a entrada de 1.550.000 pessoas, nos 28 países da UE, entre janeiro e dezembro de 2015.

Os conflitos que têm vindo a surgir nos últimos cinco anos são responsáveis pela deslocação de pessoas do Próximo e Médio Oriente, nomeadamente da Síria, Iraque e Irão e do centro oeste de África (República Democrática do Congo, Sudão do Sul, República Centro Africana). Poderiam também ser lembrados a Eritreia, a Nigéria, a Somália e outros países subsarianos, ainda Afeganistão e Paquistão.

Segundo informação do ACNUR agência especializada da ONU, o número de pessoas forçadas a deixar o seu país devido a guerras ou perseguições de vários tipos superou a marca de 50 milhões em 2013, o que aconteceu pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Trata-se de uma vaga imparável que assusta – atrever-me-ia a dizer que sem razão – as populações dos países recetores. São muitas as razões, mas essencialmente diferentes e o medo das diferenças que existem obscurece a solidariedade dos que se não forem rapidamente ultrapassadas as questões processuais caminham para um futuro sem exequibilidade.

Portugal, embora numa posição geográfica, que não o encosta à fronteira Leste nem à fronteira mediterrânica do continente europeu, não se encontra de momento numa posição tão vulnerável. No entanto, comprometeu-se a receber cerca de 4.754 refugia-

dos e até ao momento atual só chegaram ao território coloca ao mesmo tempo grandes esperanças, acompanhadas de constantes preocupações.

EM SÍNTESE

A mobilidade que sempre caracterizou o país e que é de todos conhecida revela-se, mais uma vez, como um fator cuja consideração é imperativa para poder seguir e conseguir compreender a sua evolução histórica e a situação atual em que se encontra. O reconhecimento de que existe e o estudo de todas as modificações que tem atravessado ao longo do tempo dá-lhe continuidade e permite olhá-la de forma mais fundamentada, com o distanciamento temporal exigido. São agora consideradas com maior objetividade as desvantagens e as vantagens que dessa situação decorrem.

A precedente reflexão circunscreve um período que se encontra mais próximo de nós e que se inicia a partir do último quartel do século XX.

Todas as alterações políticas que a partir daí decorreram impendem sobre as modificações do quadro social sobre o qual foram recaindo. A reorientação do relacionamento político que estabelece duas grandes prioridades – pertença à União Europeia/UE e constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, tem condicionado o seu posicionamento internacional, abrindo dois grandes espaços intercontinentais de relacionamento e atuação.

Direitos auferidos e obrigações impostas condicionam e encaminham o delinear de decisões que o Governo coloca à Assembleia da República e que avaliações subsequentes aprovam ou rejeitam.

À maioria absoluta do último constituído, designado como «maioria de esquerda» e obtida após resultado eleitoral, segue-se uma nova estratégia de associação que, pelo seu caráter totalmente inovador,

Entretanto, as decisões de uma Europa prepotente, têm obrigado os Estados mais pobres do continente a atravessar sérias dificuldades que decorrem de uma crise que teima em manter-se. A diferença existente entre os seus 28 países diferencia acentuadamente uns dos outros e, ressaltando a insegurança das estatísticas, Portugal está entre os nove que apresentam maiores dificuldades e pior situação económica e financeira.

A estagnação da economia, a diminuição de salários, a acentuação das diferenças entre os grupos sociais com a quase extinção da “classe média” e, em regra, a falta de condições no viver quotidiano fecham as perspetivas aos mais jovens de seguir em Portugal carreiras profissionais, para as quais tinham adquirido competências na sua formação académica. E a alternativa surge – deixar o país e procurar trabalhar fora dele.

Os fluxos emigratórios retomam a dimensão que apresentavam antes da Revolução de Abril. No entanto, se o número que os constitui é semelhante ao dessa época a sua composição é, como assinalado, completamente diferente.

A situação atual é muito preocupante, uma vez que tanto o saldo demográfico como o saldo migratório são negativos. E se tanto a entrada dos designados “retornados de África”, como a dos imigrantes que aqui chegaram nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, teve lugar por razões sobretudo conhecidas e, de certo modo, ajudou a ultrapassar a perda de habitantes causada pelo movimento emigratório, não se consegue vislumbrar qualquer tipo de alteração que possa contrariar o que agora ocorre, nem o que irá acontecer num futuro próximo.

No presente, dado o desfasamento económico em que o país se situa não se torna difícil compreender como é fácil trocá-lo por outro que assegure me-

lhora situação e, onde vai ser procurado o que sempre se deseja – maior realização profissional e melhores condições de vida.

O simples facto de tais atos estarem efetivamente a decorrer evidencia a gravidade da crise económica que atravessamos e os riscos que ela pode vir a acarretar tanto para os nacionais como para os trabalhadores de origem estrangeira, que certamente continuarão a diminuir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEMAR, C. *Vitor Alves. O Homem, o Militar, o Político*. Lisboa: Parsifal, 2015.
- BORDES-BENAYOUN, C.; SCHNAPPER, D. *Diásporas et Nations*. Paris: Odile Jacob, 2006.
- CARNEIRO, R. (dir.). *Migrações*. Lisboa: ACIDI, 2013.
- CHALIAND, G.; RAGEAU, J.-P. *Atlas des Diásporas*. Paris: Éditions Odile Jacob, xxi; 1991.
- Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, Subcomissão das Comunidades Portuguesas. *Mecanismos Específicos de Representação de Emigrantes*. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2005.
- COSTA, P. M. *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*. [S.l.]: Instituto Piaget, 2007.
- DESMET, L. M., org. *Envelhecer no Estrangeiro. Retalhos de Vida*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015.
- FERREIRA, J. M. *A República Corrigida e Aumentada*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. *Relatório da Emigração 2014*. Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2014.
- GOMES, R. M., coord. *Fuga de Cérebros – Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*. Lisboa: Bertrand, 2015.
- LOPES, J. T. *Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.
- Pereira, C. *Vidas Partidas: Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro*. Lisboa: Lusodidacta, 2015.
- PIRES, R. P. P. *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- PIRES, R. P.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, J.; SANTO, I. E.; VIDIGAL, I.; RIBEIRO, A, C. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DGACCP, 2015.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. “História das Migrações Portuguesas”, in *Janus. Anuário das Relações Exteriores 1999-2000*. Lisboa: Público; Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 68-69.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. «L’Emigration Portugaise vers l’Europe et la France», in DIAS, M. V. (dir.). *La Communauté Silencieuse*. Bordeaux: Elytis, 2014, pp. 47-66.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. «Le Conselho das Comunidades Comme Pièce Centrale de la Politique Migratoire de Rapprochement dans l’Après-25 Avril», in *Migrance. La Révolution des Cielles et l’Immigration Portugaise*. Paris: Mémoire-Génériques, n.º 43, 2014, pp. 71-82.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. “Duas Designações Adotadas Para Um Mesmo Conceito: Retornar e Regressar”, in Aguiar, M. M., coord.; GUEDES, G., coord.; SANTIAGO, A., coord. *1974-2014 - 40 anos de Migrações em Liberdade*. [S.l.]: Mulher Migrante - Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, 2015, pp. 67-68.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. *Das Migrações às Interculturalidades*. Porto: Afrontamento, 2015.
- ROSA, M. J. V.; CHITAS, P. *Portugal: Os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.
- SILVA, M., et alii. *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.